

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.654 - PE (2018/0317996-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
ADVOGADOS : TACIANO DOMINGUES DA SILVA E OUTRO(S) - PE009796
GUSTAVO MONTENEGRO DE MELO FARIA - PE020362
AGRAVADO : KATIA MARIA PORTO DE AGUIAR - POR SI E
REPRESENTANDO
AGRAVADO : SEVERINO VENANCIO DE AGUIAR
ADVOGADOS : KARLA WANESSA BEZERRA GUERRA E OUTRO(S) - PE026304
JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - PE028318

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. *HOME CARE*. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

SEVERINO VENANCIO AGUIAR (SEVERINO) – representado por sua esposa e curadora KATIA MARIA PORTO DE AGUIAR – ajuizou ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais contra HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. (HAPVIDA), insurgindo-se contra recusa de atendimento domiciliar (*home care*) em período integral pelo plano de saúde.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, confirmando tutela antecipada que determinara que HAPVIDA custeasse todas as despesas decorrentes do tratamento domiciliar e condenando esta ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), bem como a ressarcir a importância de R\$ 15.774,90 (quinze mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa centavos) a título de despesas suportadas por SEVERINO (e-STJ, fls. 300/303).

Interposta apelação por HAPVIDA, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 41):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DIREITO DE DEFESA – REJEITADA. NEGATIVA DE COBERTURA. INTERNAMENTO DOMICILIAR – “HOME CARE”. ABUSIVIDADE. SÚMULA 007/TJPE. DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO DO INDENIZATÓRIO. RECURSO NÃO

PROVIDO. DECISÃO QUANTUM UNÂNIME.

1. O plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura.

2. Súmula 007/TJPE. É abusiva a exclusão contratual de assistência médico domiciliar (home care).

3. O STJ vem reconhecendo que “a recusa indevida à cobertura médica é causa de danos morais, pois agrava o contexto de aflição psicológica e de angústia sofrido pelo segurado”, conforme relatoria da ministra Nancy Andrighi, no julgamento da REsp 907718 - ES. Manutenção da indenização relativa ao Dano Moral, com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a qual foi fixada em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

4. Recurso não provido. Decisão unânime.

Inconformada, HAPVIDA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 355, I, do NCPC, 12 da Lei nº 9.656/98 e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) não foi demonstrada a situação clínica de SEVERINO, a ensejar o atendimento pleiteado, o que demandaria dilação probatória, inviabilizada pelo julgamento antecipado da lide; e (2) inexistente obrigatoriedade de custeio de tratamento domiciliar pelos planos de saúde.

SEVERINO não ofereceu contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a inexistência de cerceamento de defesa e a incidência da Súmula nº 83 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 507/514).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de

não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois HAPVIDA não infirmou devidamente os seus esteios, deixando de refutar, de forma arrazoada, a incidência da Súmula nº 83 do STJ.

Como se sabe, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 83 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual (AgRg no AREsp nº 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

